



GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

Rita de Lourdes de Lima¹

Resumo: A questão social, objeto de atuação do assistente social, tem nas questões de gênero, uma de suas expressões. Esta pesquisa objetivou fazer um levantamento acerca do ensino das disciplinas, grupos de estudo e pesquisadores ligados a tal temática nos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil. Foram aplicados 54 questionários com docentes e discentes de 32 universidades das cinco regiões do Brasil. Os dados mostram que há em torno de 3 a 4 pesquisadores e 1 grupo de pesquisa por universidade sobre o tema. As disciplinas, no geral, são eletivas e são ofertadas somente no final do curso. Aponta-se à necessidade de que a discussão sobre gênero se dê de forma transversal nos cursos de graduação em Serviço Social e a necessidade de revisão do fato das disciplinas sobre gênero serem ofertadas como disciplinas eletivas e no final dos cursos.

Palavras-chave: Serviço Social, Gênero, Formação profissional, Graduação.

1 Introdução

O surgimento do Serviço Social se situa na transição do capitalismo concorrencial ao monopolista a partir das exigências deste que, no seu processo de expansão crescente, passou a exigir profissionais capacitados para as funções de articulação da população, operando com a coerção e a construção de consensos com vistas a contribuir para a atenuação dos conflitos sociais. A profissão se realiza, portanto, na disjunção entre os que demandam seus serviços – o Estado ou Patronato - e aqueles que o recebem – os/as trabalhadores/as (IAMAMOTO, 1983).

Neste sentido, segundo Iamamoto (Ibidem), o (a) assistente social é um(a) técnico(a) cuja atuação é geralmente mediatizada pela prestação de serviços sociais em instituições que implementam políticas sociais. Assim caracterizado, o Serviço Social, como todas as demais profissões, nasceu em conjunturas históricas que exigiam novas formas de atuação frente às necessidades sociais. No caso do Serviço Social, foi o

¹ Professora do Departamento e do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: rita.pires2@gmail.com

surgimento e a agudização da “questão social”², que demandou a atuação de profissionais capacitados para lidar com a administração desta questão.

Além da sua relação intrínseca com a questão social, o Serviço Social também se constituirá como uma profissão de mulheres e para mulheres. Deste modo, a história do Serviço Social no Brasil e no mundo tem sido uma história construída por mulheres. Vários estudos mostram a predominância feminina na profissão e analisam as consequências de tal fato para o Serviço Social³.

Acerca do Serviço Social no Brasil hoje, Iamamoto (1998, p. 104) afirma: “Com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho [...]”.

Observa-se, portanto, que muitos dos traços do início da profissão permanecem, mas o que mais parece resistir ao tempo é a predominância feminina. Pesquisa coordenada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005) no Brasil, mostra que 97% dos assistentes sociais do Brasil são mulheres⁴.

A explicação para esta predominância deve-se ao fato da subjetividade feminina, na forma como foi e é construída socialmente, apresentar a mulher como “um ser [...] que aceita um lugar secundário na distribuição de recursos e benefícios grupais, sacraliza as funções de mãe e esposa, associando a estas as qualidades de fragilidade, intuição, abnegação, docilidade, sensibilidade, entre outras (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Neste sentido, as chamadas “profissões femininas” - e entre elas encontra-se o Serviço Social - são mais procuradas por mulheres justamente porque tais profissões exigem dos(as) profissionais docilidade, sensibilidade, serviço ao outro, abnegação etc. As mulheres, que tiveram sua subjetividade feminina construída a partir desses atributos, encontram sua “vocação” nessas profissões, pois estas remetem a valores que lhes foram ensinados ao longo da vida (BOURDIEU, 1999).

Apesar do imbricamento entre o “ser mulher” e o Serviço Social, as discussões de gênero no Serviço Social brasileiro começaram a tomar forma somente em finais dos anos 90 do século XX. A discussão de Gênero adquire certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, sendo

² Para uma discussão acerca da relação entre o Serviço Social e a “questão social” ver, entre outros, Iamamoto, 2002.

³ A este respeito ver Heckert, 1991; Veloso, 2001 e Lima, 2005.

⁴ A pesquisa denominou-se “Perfil Profissional do Assistente Social no Brasil” e trabalhou com todos os estados brasileiros, exceto o Acre.

considerada uma discussão que deve perpassar a formação profissional. Contudo, apesar desta constatação não é assim que a formação profissional vem se dando efetivamente.

Conversas informais com discentes do curso de graduação em Serviço Social da UFRN, mostram que a discussão de gênero encontra-se ausente na formação profissional, apesar de ser considerado por todos(as) um assunto que deve fazer parte da formação discente, por tratar-se de uma profissão com um forte recorte de gênero.

Assim, pareceu-nos oportuno investigar até que ponto as discussões de gênero se fazem presentes na formação dos/as futuros assistentes sociais no Brasil, buscando avaliar as implicações de uma possível ausência destas discussões. Deste modo, estabelecemos como objetivo geral desta pesquisa analisar os currículos dos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil, considerando especificamente as disciplinas que se dedicam aos estudos de gênero.

Traçamos como estratégia conseguir os dados durante a realização da “Oficina Nacional da ABEPSS”, nos dias 21 e 22 de novembro de 2011, na UFRJ, para a qual os cursos presenciais de Serviço Social filiados a ABEPSS enviariam representantes, tanto de universidades públicas como privadas. No evento entregamos cerca de 230 questionários a docentes e discentes, independente de qual universidade faziam parte. Recebemos devidamente respondidos 54 questionários, os quais analisamos a fim de obter uma aproximação inicial com a realidade das discussões de gênero nos cursos de Serviço Social no Brasil.

Os dados analisados mostram que, na maioria das universidades do Brasil as disciplinas que tratam da temática de gênero se dão predominantemente de forma eletiva, ou seja, os/as discentes podem terminar o curso de Serviço Social sem cursá-las. Quando são ofertadas o são a partir do 5º período do curso, mas há muitas universidades nas quais a oferta só se dá no 7º ou 8º período, ou seja os/as discentes já têm passado pela experiência do estágio curricular obrigatório. Deste modo, as questões de gênero, raça/etnia podem passar despercebidas aos discentes, pois a formação profissional no Serviço Social enfatiza a questão das classes sociais, mas por vezes, esquece-se que, ligada à classe social encontram-se as mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, mediações importantíssimas a serem problematizadas no processo de formação profissional.

Para apresentar os resultados desta pesquisa e análise dividimos este trabalho em 3 itens, além desta introdução e considerações finais. Na primeira, realizamos uma primeira aproximação ao objeto, discutindo o Serviço Social como profissão inserida na

divisão sexual do trabalho, mostrando como tal determinante ainda secciona as profissões e atividades em masculinas e femininas. Em seguida tecemos algumas considerações sobre o ensino do Serviço Social no Brasil, analisando a conjuntura adversa em que tem se dado o ensino presencial no Brasil, na qual prolifera o aligeiramento dos processos formativos em detrimento da qualidade. Por fim, apresentamos o caminho teórico-metodológico percorrido por nós na coleta de dados e analisamos os questionários aplicados com docentes e discentes de 32 universidades, apresentando sugestões para o ensino de Serviço Social no Brasil, especificamente no que se refere às discussões de gênero.

2 A divisão sexual do trabalho, as mulheres e o Serviço Social no Brasil

O Brasil teve seu processo de colonização com base na religião católica e consequentemente teve seus valores alicerçados no imaginário judaico-ocidental cristão. Neste sentido, tal imaginário aliado a determinadas peculiaridades da formação socioeconômica brasileira, fizeram surgir e tornar-se hegemônico o modelo familiar patriarcal brasileiro⁵, a partir do ciclo da cana de açúcar no Nordeste.

O modelo de família patriarcal dominante no Nordeste brasileiro⁶ enfatizava a autoridade máxima e poder incontestável do pai de família sobre todos os outros membros familiares⁷. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, o modelo de família patriarcal brasileiro vai sofrer modificações trazidas pela nova realidade de maior desenvolvimento urbano e costumes europeus. Soma-se posteriormente a isso a realidade urbana, o fim da escravidão e a industrialização.

A nível mundial, o advento da modernidade⁸ possibilitou o surgimento de movimentos que trouxeram questionamentos e a queda de preconceitos históricos contra as mulheres. Contudo, a modernidade também se estruturou alicerçada no pensamento cristão, o que estabeleceu a permanência de inúmeras contradições em seu interior.

⁵ Tal organização, entretanto, contrastava com a organização familiar plebeia, na qual predominava mancebia, ligação transitória e poliandria difusa (OSTERNE, 2001).

⁶ A família nuclear burguesa como a conhecemos hoje só surge no século XVII.

⁷ O modelo familiar brasileiro, deste período, compreendia pai, mãe, filhos, e agregados em geral (afilhados, primos, sobrinhos etc., qualquer um que morasse na casa grande sob a autoridade do homem).

⁸ Por modernidade entendemos o período histórico que começou, na Europa Ocidental, no século XVII e consiste em uma série de transformações socioestruturais e intelectuais profundas. A modernidade traz a ideia de aperfeiçoamento e progresso com base na racionalidade (explicação do mundo) e na dominação da natureza, envolvendo o conceito de ruptura com a tradição (TARNAS, 2000).

Deste modo, o movimento feminista surgiu na modernidade e ganhou proporções mundiais lutando por sufrágio universal e posteriormente – no século XX - ampliou suas lutas e reivindicações estabelecendo a luta pelo direito ao aborto, ao divórcio, ao livre exercício da sexualidade, etc. (TOSCANO & GOLDENBERG, 1992).

O feminismo⁹, como os demais movimentos sociais atravessou momentos de crescimento e retrocesso. Pode-se assinalar a década de 1960 como o período do ressurgimento dos movimentos sociais em geral¹⁰ e o movimento feminista, à semelhança dos demais, teve seu ápice nas décadas de 1960 e 1970.

É deste período uma grande variedade de fenômenos que expressaram a rejeição das mulheres feministas ao modelo tradicional de mulher. Cresciam em todo mundo, as manifestações maciças exigindo mudanças na legislação, que se concretizaram em numerosos países entre 1970 e 1980¹¹ (ERGAS, 1991).

Com o crescimento do movimento feminista, ele passa a chamar a atenção do mundo e então, se torna objeto de estudo acadêmico já a partir da década de 1960 (FONSECA, s/d).

Deste modo, as discussões e análises na academia levaram ao surgimento e a expansão do conceito de Gênero. Tal conceituação foi retomada pelo movimento feminista, e se constitui numa “ferramenta útil” para discutir as diferenças socialmente construídas entre os sexos.

Os sistemas de gênero/sexo são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e, em geral, ao relacionamento entre as pessoas (BARBIERI, 1993, p. 4).

Segundo Scott (1990), as feministas começaram a utilizar gênero como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos e o conceito indicava, antes de tudo, rejeição ao determinismo biológico.

Apesar da complexidade das relações sociais e dos múltiplos elementos nelas envolvidos, tendeu-se a uma divisão dicotômica do mundo (pobre/rico, alto/baixo,

⁹ “O feminismo,(...) indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o feminismo é mais uma questão histórica do que uma questão de definição” (ERGAS, 1991, p. 588)

¹⁰ Este é o período dos questionamentos a todas as formas de controle – movimento hippie, mini-saias, revoluções sociais e políticas, invenção da pílula anticoncepcional etc.

¹¹ As conquistas dos movimentos feministas vão ter especificidades em cada país. Na França, por exemplo, a legalização do divórcio se deu em 1792, mas o direito de voto somente em 1944. No Brasil, o direito de voto é reconhecido em 1932 e o divórcio bem tardiamente, em 1977.

homem/mulher, branco/negro, produção/reprodução, público/privado, entre outras) e isto, refletiu-se no mundo do trabalho, no qual, coube ao homem o espaço da produção e do domínio público e à mulher, o espaço da reprodução e a esfera privada.

As questões ligadas à divisão do trabalho social entre homens e mulheres passaram a preocupar uma parte das estudiosas feministas e isto as levou a estudar particularmente o mundo do trabalho, no que se referiam as desigualdades entre homens e mulheres (diferenças salariais, profissões masculinas e femininas, diferentes condições de trabalho, etc.). Tais estudos se dedicam à divisão sexual do trabalho.

O termo divisão sexual do trabalho é utilizado na linguagem sociológica com acepções muito diferentes, contudo ele remete comumente a uma abordagem descritiva-explicativa, na qual se mostra que há uma diferenciação entre os sexos nas atividades sociais, tentando encontrar explicações para as permanências ou modificações que se dão na divisão do trabalho social entre os sexos.

Os estudos sobre divisão sexual do trabalho se multiplicaram e mostraram interessantes considerações. A desvalorização do trabalho feminino e a valorização do trabalho masculino expressa claramente na diferença salarial e menos claramente - mas perceptível da mesma forma – no *status* social atribuído à profissão deram-se desde o momento em que as mulheres começaram a ocupar o mercado de trabalho.

Assim, ao longo do século XX e, ainda no século XXI, a divisão sexual do trabalho persistiu, modificaram-se suas formas, mas ela continua presente, atuante, segregadora, como observa Fonseca (2000, p.93-95):

No tocante à área de assistência social, observa-se que a mesma se conserva como 'gueto' ocupacional de mulheres, revelando estruturar-se de acordo com a tradição de privilegiar a mão-de-obra feminina nas atividades assistenciais, sejam elas desempenhadas por profissionais de Serviço Social, nutricionistas ou atendentes de enfermagem, de creche e de refeitório (grifos nossos).

O que se observa é que, na sociedade, há um comportamento que se espera das mulheres e outro que se espera dos homens. São consideradas profissões femininas aquelas que congregam em si as características que se imaginam adequadas às mulheres e são consideradas profissões masculinas, aquelas que apresentam características que se esperam dos homens.

Mesmo hoje, com todas as conquistas sociais das mulheres e com as últimas modificações no mundo do trabalho - empobrecimento, competitividade, aumento da escolaridade, redução da taxa de fecundidade -, na divisão sexual do trabalho permanece ainda uma forte tendência à ocupação por sexos, ou seja, algumas profissões – apesar de

já haver sinais de mudanças em seu interior – permanecem como “masculinas” ou “femininas” (BOURDIEU, 1999 e HIRATA, 2002).

Neste quadro, o Serviço Social é uma profissão formada prioritariamente por mulheres oriundas da classe trabalhadora e, como tal, além de mediatizada por um forte recorte de classe social, também é mediatizada por predominância de mulheres pardas ou negras. Assim, é necessário, reafirmar que o feminismo e a discussão sobre divisão sexual do trabalho são atualíssimos, pois, apesar dos avanços há muito o que ser feito.

3 Considerações sobre o ensino de Serviço Social no Brasil

Como já assinalamos os cursos de graduação presenciais de Serviço Social no Brasil seguem as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, aprovados na assembleia geral extraordinária da ABEPSS, em 1996.

Tais diretrizes estabelecem 3 eixos básicos, sob os quais devem se estruturar os cursos de Serviço Social no Brasil. Tais eixos, que são interdependentes e não hierárquicos, servem como elementos norteadores para organizar o processo de formação profissional e denominam-se: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sociohistórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O primeiro - Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social – é responsável pelo estudo do ser social como totalidade histórica, analisando os componentes fundamentais da vida social. O segundo - Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sociohistórica da Sociedade Brasileira – remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, considerando as suas diversidades regionais e locais. O terceiro - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional – discute, analisa e estuda o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo que tem como objeto de atuação as múltiplas expressões da questão social. É justamente dentro deste 3º núcleo que, a nosso ver, devem se dar as discussões mais aprofundadas sobre as relações sociais de gênero, contudo, isto não significa que tais discussões devam estar ausentes dos outros dois núcleos.

As diretrizes curriculares foram aprovadas pelo MEC em 2001, mas sofreram uma forte descaracterização, com cortes que comprometeram o projeto original,

especificamente no que se refere à direção social da formação profissional e aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados, pela categoria profissional, essenciais ao desempenho do assistente social (IAMAMOTO, 2007).

Deste modo, o conteúdo da formação passou a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, desde que preservados os núcleos estruturantes assinalados anteriormente. Esta livre iniciativa, em um contexto educacional, no qual se privilegia uma lógica mercantil e empresarial baseada na “lei” do custo/benefício, é extremamente preocupante para a formação profissional.

Tal lógica - cujas raízes devem ser buscadas no forte processo de construção de um discurso hegemônico em torno das “virtudes” do mercado e satanização dos serviços estatais¹² - enfatiza a agilidade, eficiência, equilíbrio financeiro e flexibilidade das unidades privadas, apesar do ensino das unidades públicas ser melhor. Ao enfatizar tais elementos privilegia-se uma lógica na qual o treinamento, a transmissão de conhecimentos e o adestramento tomam o lugar do conhecimento crítico e reflexivo que exige tempo para se construir e que têm na pesquisa e produção do conhecimento suas principais fontes (IAMAMOTO, 2007).

O aligeiramento do processo formativo, sua submissão à lógica empresarial e competitiva, a ênfase no mercado como modelo e fonte de recursos para financiar projetos das universidades públicas têm sido alvo de debates acalorados nas universidades públicas. Por ora, resta-nos assinalar que nos somamos aos que se preocupam com os rumos que veem sendo dados à educação em nosso país, conscientes de que conhecimento crítico e autônomo só se constrói com tempo e recursos e não se concebe uma formação de ensino superior submetida à lógica do custo-benefício, da competitividade e do aligeiramento e que é obrigada a mendigar recursos para suas pesquisas no mercado¹³.

A todas estas inquietações, de caráter mais geral, soma-se ainda a preocupação com a forma como tem se dado, nos cursos presenciais em Serviço Social no Brasil, as

¹² Este processo inicia-se no Brasil nos anos 90 do século XX, no governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), contudo, torna-se hegemônico a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

¹³ Há inúmeros artigos e publicações discutindo estas questões a partir da perspectiva de defesa da universidade pública, gratuita e autônoma. Ver, entre outros, Iamamoto (2007) e PUC Viva (2009). Saliente-se que a lógica de captação de recursos no mercado termina privilegiando setores estratégicos para o capital, uma vez que este não se interessa por algo que não vai lhe dar retorno financeiro posteriormente.

discussões e estudos relativos às temáticas de gênero, raça/etnia e orientação sexual¹⁴. Temas que, a nosso ver, são considerados menos importantes no processo de formação profissional, uma vez que têm se dado nos últimos períodos dos cursos e, quase sempre de forma eletiva. Em sendo assim, os discentes de Serviço Social, em sua maioria e em regra geral, deixam de conhecer uma mediação importante na compreensão e explicação da questão social.

Deste modo, as discussões nos cursos de Serviço Social no Brasil avançaram ao se constituir em torno da “questão social” como objeto de ação profissional do Serviço Social e têm priorizado as discussões em torno das classes sociais. Contudo, falta-nos ainda dedicarmo-nos mais seriamente as diferentes dimensões que atravessam a questão social, ou seja, falta-nos estudar de forma mais aprofundada as demais dimensões constitutivas da questão social, a saber gênero, raça/etnia e sexualidade. Tais discussões não podem continuar a ser eletivas para os profissionais, como se isto não interferisse na qualidade do trabalho profissional.

Consideramos que é necessário avançarmos nesta discussão no âmbito da profissão, mas também avaliamos que a construção dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)¹⁵ no âmbito da formação profissional em Serviço Social pode apontar caminhos de fortalecimento destas discussões.

Os GTPs constituem-se em uma estratégia já realizada em outras áreas, mas que inova ao buscar fortalecer a pesquisa no Serviço Social, articulando a dimensão do ensino, pesquisa e extensão. A perspectiva é considerar a transversalidade dos eixos teórico-históricos que orientam as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social no Brasil: os fundamentos da vida social, da realidade brasileira e do trabalho profissional (ABEPSS, 2009).

Tal processo encontra-se ainda em construção e optou-se pela delimitação de 7 áreas temáticas¹⁶, a saber:

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social
2. Política Social e Serviço Social
3. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

¹⁴ Entendemos que a temática de gênero envolve, necessariamente, a discussão sobre classe social, raça/etnia e orientação sexual, ou seja, a temática da diversidade humana.

¹⁵ A proposta surge como estratégia gestada a partir das discussões nos eventos de Serviço Social, discutido amplamente em oficinas locais, regionais e nacional e aprovada na Reunião Ampliada da Diretoria da ABEPSS em novembro de 2009.

¹⁶ As denominações de cada GTP e suas ementas ainda estão em processo de discussão. Criaram-se grupos de trabalho em cada GTP para encaminharem as discussões e, posteriormente discutir tais propostas, modificá-las, se necessário, e aprová-las no encontro nacional da categoria.

4. Movimentos Sociais e Serviço Social
5. Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
6. Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social
7. Ética, Direitos e Serviço Social

Deste modo, as discussões específicas que tem se dado sobre a construção do GTP 6, parece-nos que apontam para a superação dos desafios que apontamos e que tal estratégia poderá contribuir para enfrentar os desafios postos à profissão e principalmente para conjugar esforços em torno de áreas temáticas menos “visíveis” no seio da profissão. Contudo, como é ainda um processo em construção, é importante desde já problematizarmos elementos da formação profissional e apresentarmos propostas a serem refletidas e incorporadas aos GTPs, se assim a categoria profissional desejar. Esta pesquisa é uma tentativa de dar uma contribuição nesta direção.

4 Considerações sobre a perspectiva teórico-metodológica adotada e a análise dos dados

Aqui, adota-se a perspectiva materialista histórica e dialética, ou seja, a realidade é devir permanente e suas transformações se dão histórica e socialmente a partir da práxis humana. Neste sentido, os homens e as mulheres são seres também históricos e sociais que transformam tal realidade, ao mesmo tempo em que são transformados por ela (Marx, 1991; Vasquez, 2007). Neste processo se dá a produção de conhecimento: quando os seres humanos buscam respostas a problemáticas que os inquietam e desafiam.

No nosso caso, particularmente, a nossa inquietação dizia respeito às disciplinas e grupos de pesquisa relacionados à temática de gênero no âmbito da graduação presencial em Serviço Social no Brasil. Para investigar tal objeto, como já assinalamos, analisamos um total de 54 questionários aplicados com docentes e discentes de universidades públicas e privadas das diversas regiões do Brasil.

Apresentamos a seguir um levantamento geral dos sujeitos pesquisados por universidade, região e categoria profissional (docente ou discente).

QUADRO 1 – Sujeitos pesquisados por universidade, região e categoria profissional

REGIÃO ADM	UNIVERSIDADE	CATEGORIA		TOTAL	%
		DOCENTE	DISCENTE		
NORTE 2 univer.	UFAM	1	0	1	-
	UFT	1	0	1	-
SUB-TOTAL NO	-	2	0	2	3,70

NORDESTE (total de universidades: 11)	UFPE	0	1	1	-	
	UFAL	1	0	1	-	
	UFRN	1	0	1	-	
	UFMA	1	0	1	-	
	Fametro/CE	0	2	2	-	
	UFPB	1	0	1	-	
	IFCE	1	0	1	-	
	UECE	1	0	1	-	
	UERN	2	0	1	-	
	UFRB	1	0	1	-	
	UEPB	1	0	1	-	
SUB-TOTAL NE	-	10	3	13	24,07	
CENTRO-OESTE (total de universidades: 05)	UFMT	1	0	1	-	
	Univag- MT	1	0	1	-	
	UnB	4	0	4	-	
	UFG	1	0	1	-	
	PUC-GO	1	0	1	-	
SUB-TOTAL CO	-	8	0	8	14,81	
SUL (total de universidades: 05)	Unisinos-RS	1	0	1	-	
	Unipampa-RS	3	0	3	-	
	PUC-RS	1	1	2	-	
	Univ. Caxias do Sul-RS	0	1	1	-	
	UFSC	3	2	5	-	
SUB-TOTAL SUL	-	8	4	12	22,22	
SUDESTE (total de universidades: 09)	Centro Universitário Ítalo Brasileiro-SP	1	0	1	-	
	UFJF	1	0	1	-	
	UERJ	0	4	4	-	
	UFES	3	0	3	-	
	UFF	3	0	1	-	
	Unilago São João do Rio Preto (SP)	1	0	1	-	
	UFRJ	2	2	4	-	
	PUC-Rio	1	0	1	-	
	Uninove PUC-SP	1	0	1	-	
	SUB-TOTAL SE	-	13	6	19	35,19
	TOTAL UN. 32		41	13	54	100

Fonte: Coleta de dados 2012

Para fins de apresentação geral os 54 questionários apresentam a realidade das disciplinas sobre gênero nos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil. Destes, 13

questionários (11 Unidades de Ensino.) referem-se a região Nordeste, portanto 24,07%; 2 referem-se a região Norte (2 Unid.) - portanto 3,70%; 19 questionários referem-se a região Sudeste, correspondendo a 35,19% do total; 12 referem-se a região Sul (5 Unid.), correspondendo a 22,22% e 8 questionários referem-se a região Centro-Oeste (também 5 Unid.), correspondendo a 14,81% do total de questionários.

Consideramos que os resultados dos questionários conseguem apresentar um bom “retrato” da situação dos pesquisadores, grupos de pesquisa e disciplinas relacionadas às discussões de gênero nos cursos de Serviço Social presenciais no Brasil, contudo, a amostra analisada não seguiu critérios quantitativos que permitam a generalização dos resultados. Apesar disto, consideramos que os elementos detectados podem indicar algumas tendências no seio da profissão e particularmente no estudo das relações de gênero em seu interior. Apresentamos a seguir somente uma parte dos resultados da pesquisa que comparam os dados encontrados nas diversas regiões pesquisadas.

4.1 Comparação entre a realidade das diversas regiões

A fim de permitir uma comparação entre os dados das diversas regiões, optamos por destacar a moda encontrada em cada região administrativa pesquisada. A moda é o valor que detém o maior número de observações, ou seja, o valor ou valores mais frequentes encontrados nas respostas dos entrevistados (RICHARDSON, 1999). Desta forma, a moda não é necessariamente única, pois alguns valores podem se repetir o mesmo número de vezes e, portanto, neste caso haverá mais de um número modal.

QUADRO 02 - Moda do número de pesquisadores por região

NORTE	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	SUL
Pesquisadores	Pesquisadores	Pesquisadores	Pesquisadores	Pesquisadores
2 e 4	3 e 4	3	1 e 5	2

Fonte: Coleta de dados 2012

Em relação ao número de pesquisadores sobre a temática de gênero, observa-se nos dados levantados que a região Centro-Oeste e o Nordeste são as que detêm maior número de pesquisadores ligados ao tema. Já em relação aos grupos de estudo, todas as regiões do país tem 1 grupo de pesquisa como o número mais frequente.

QUADRO 03 - Moda do número de grupos por região

NORTE	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	SUL
grupos	grupos	grupos	grupos	grupos
1	1	1	1	1

Fonte: Coleta de dados 2012

Em relação ao período do curso no qual a disciplina sobre gênero é ofertada, do total das 5 regiões há duas (Regiões Centro-Oeste e Sul) nas quais a disciplina é ofertada do 7º período do curso, o que para nós é preocupante, pois os/as discentes somente pagam uma disciplina sobre gênero ao estar saindo do curso e ao fim do estágio obrigatório (que em todas as regiões, via de regra, se realiza no 5º período do curso), dificultando, portanto, a percepção por parte destes de questões ligadas as relações sociais de gênero durante o estágio.

QUADRO 04 - Moda do período da oferta das disciplinas sobre gênero

NORTE	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	SUL
Período disciplina	Período disciplina	Período disciplina	Período disciplina	Período disciplina
5	5	3	7	7

Fonte: Coleta de dados 2012

Por fim, os dados também mostram que na maioria das regiões pesquisadas as disciplinas que se dedicam a estudar relações sociais de gênero são eletivas (com exceção da região Sudeste, cuja moda foi disciplina obrigatória).

QUADRO 05 - moda do número de disciplinas e caráter por região

NORTE	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	SUL
Nº e caráter das discip	Nº e caráter das discip	Nº e caráter das discip	Nº e caráter das discip	Nº e caráter das discip
2 eletivas	1 eletiva	1 obrigatória	1 eletiva	1 eletiva

Fonte: Coleta de dados 2012

5 Considerações finais a partir dos dados levantados

A partir dos dados levantados e de sua análise avaliamos que a temática de gênero tem conquistado espaço e crescido na profissão, contudo, ainda se faz necessário

avançar mais no processo de formação dos discentes, uma vez que as discussões têm se dado em disciplinas eletivas e, por vezes, somente ao final do curso.

Outro elemento que consideramos importante é incorporar mais efetivamente nos grupos que estudam gênero as discussões sobre etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas. Mediações que se fazem presentes no cotidiano das mulheres e dos homens e que por isto, precisam ser melhor aprofundadas.

Deste modo, o Serviço Social - como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas às expressões da questão social que são mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual - precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais e não simplesmente como discussões acessórias que não tem verdadeira centralidade no processo de formação profissional.

A título de sugestão, apresentamos as seguintes propostas para os cursos de graduação em Serviço Social no Brasil:

- A temática de gênero deve se dar em forma de disciplina obrigatória e no momento de ingresso dos discentes no estágio obrigatório;
- A temática de gênero deve incorporar mais efetivamente discussões relacionadas à etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas;
- A temática de gênero deve se dar também transversalmente, nas diversas disciplinas do curso, relacionando tal temática com as demais.

Referências

ABEPSS. *A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*. Documento Final referendado no Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e aprovado na Reunião Ampliada da Diretoria da ABEPSS em 28 de novembro de 2009. <disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs_Novembro_de_2009_Final.pdf>, acesso em 06 dez 2012.

BARBIERI, Terezita. *Sobre a categoria Gênero: Uma introdução Teórico-metodológica*. (trad. Antonia Lewinsky). SOS CORPO, setembro de 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. (trad. Maria Helena Kühner). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CFESS (Org.). *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

ERGAS, Yasmine. O feminismo dos anos 1960-1980. In: *História das mulheres no Ocidente*. O século XX. (Direção de Françoise Thébaud, Georges Duby e Michelle

- Perrot, trad. Maria Helena da Cruz, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota). Edições Afrontamento. Porto: Pt. 1991.
- FONSECA, Cláudia. Uma Genealogia do “Gênero”. *Revista de Antropologia*. Série Família e Gênero, s/d, No 2,, Vol. 1, Recife: UFPE (Programa de Pós-Graduação em Antropologia).
- FONSECA, Tânia Mara Galii. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.
- HECKERT, Sonia Maria Rocha. Identidade e mulher no Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*. 36. São Paulo: Cortez, ano XII, agosto 1991.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda V, CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 2a ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1983.
- IAMAMOTO, Marilda V. Projeto profissional: espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: *CFESS – Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão*. Brasília: DF, Fev. 2002.
- _____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIMA, Rita de Lourdes de. *Os Assistentes Sociais e a questão da subalternidade profissional: reflexões acerca das Representações Sociais do Ser Mulher e do Serviço Social*. Recife, 2005 (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco).
- MARX, Karl & Engels, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª ed. (trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira). São Paulo: Hucitec, 1991.
- OSTERNE, Maria do Socorro F. *Família, Pobreza e Gênero: o lugar da dominação masculina*. Fortaleza: EDUECE, 2001.
- PUC VIVA. *Revista da Associação de Professores da PUC-São Paulo*. Ano 10, nº 35. São Paulo: APROPUC, 2009.
- RICHARDSON, R. J. et all. *Pesquisa social : Métodos e técnicas*. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- TARNAS, Richard. *A epopeia do pensamento ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- TOSCANO, Moema & GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres. Um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992
- VÁSQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e gênero. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4. (Estudos de Política e Teoria Social). UFRJ, Programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social. 2º semestre/2001.